

INTRODUÇÃO

As atividades espaciais no Brasil são organizadas de forma sistêmica através do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE). A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é o órgão central desse sistema e, portanto, responsável pela sua governança e por coordenar as ações e o planejamento das políticas públicas do setor espacial. Tal coordenação se dá a partir da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), que apresenta os objetivos e as diretrizes que contextualizam e orientam o planejamento e o desenvolvimento das atividades espaciais, priorizando a busca de soluções para problemas nacionais de forma a gerar benefícios à sociedade (LIMA, 2018). Compete à Agência Espacial Brasileira (AEB), como órgão central do Sistema, a implementação da PNDAE por meio do instrumento chamado Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), que indica as missões espaciais planejadas no país para um período de dez anos.

A AEB, sendo responsável pela governança do SINDAE, tem o compromisso de integrar coordenadamente os diferentes agentes indutores das atividades espaciais na construção participativa de um Programa Espacial Brasileiro (PEB) que promova transversalmente e de forma progressiva o desenvolvimento do País em suas múltiplas vertentes, como a social, a econômica, de C&T e a ambiental.

Em janeiro de 2018, a AEB iniciou um processo contínuo de identificação e análise de demandas nacionais ao setor espacial, com vistas a promover um maior alinhamento entre o Programa Espacial Brasileiro e as necessidades prioritárias da sociedade, e também a orientar as ações da indústria espacial e dos institutos de pesquisa à obtenção de soluções para os problemas nacionais, regionais e locais.

Assim, o processo de identificação e análise de demandas nacionais ao setor espacial tem como objetivos específicos o entendimento de como as missões espaciais atuais (nacionais e estrangeiras) tem colaborado no suprimento das demandas existentes; o reconhecimento dos benefícios

gerados pelos satélites nacionais e das possíveis deficiências de tecnologias espaciais disponíveis no Brasil; a identificação de demandas futuras, a médio e a longo prazos; e a compreensão do cenário atual de investimentos estratégicos do governo e, nesse contexto, uma melhor caracterização da transversalidade das aplicações dos produtos espaciais e de sua importância para o desenvolvimento do país.